

Dívida em títulos quase atinge R\$ 1 tri

Aumento recorde registrado em 2005 teve como causa principal as elevadas taxas de juros

As altas taxas de juros ao longo de 2005 resultaram no aumento recorde de R\$ 140,9 bilhões na dívida interna em títulos do governo. A despesa com o pagamento dos juros praticamente triplicou em relação a 2004 e foi a maior responsável pelo aumento do estoque para R\$ 979,66 bilhões, também um recorde.

No ano passado, o endividamento em títulos teve um crescimento total de R\$ 169,4 bilhões porque, além do impacto dos juros, o Tesouro Nacional emitiu R\$ 28,5 bilhões adicionalmente ao que utilizou para rolar os papéis que venceram no mesmo período. Em 2004, a dívida cresceu R\$ 78,83 bilhões e os juros foram responsáveis por R\$ 53,37 bilhões desse aumento.

O impacto dos juros no estoque da dívida refletiu, principalmente, o peso da trajetória de aumento da taxa básica da economia, a Selic, administrada pelo Banco Central. Como a Selic corrige 53,3% do total dos títulos públicos, a cada elevação da taxa pelo BC, maior é o prejuízo causado aos cofres do governo.

O aumento da dívida provocado pelas altas taxas de juros foi motivo de críticas abertas dentro e fora do governo, entre elas da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que chegou a dizer publicamente que a política de superávits fiscais elevados estava "enxugando" gelo por culpa dos juros estratosféricos decididos pelo BC. O governo faz elevados superávits nas suas

contas para poder pagar a conta de juros. Mas essa economia não é suficiente para pagar a despesa com juros.

"Esse crescimento é natural. A dívida só vai cair quando o governo tiver fazendo superávit nominal nas suas contas", afirmou o coordenador da Dívida Pública do Tesouro Nacional, Paulo Valle. Nessa situação ideal prescrita pelo coordenador, as receitas obtidas pelo governo seriam suficientes para pagar não apenas as despesas previstas no Orçamento como também os gastos com os encargos de juros da dívida.

PERFIL - Apesar do aumento de 20,9% do estoque da dívida em 2005, Valle chamou atenção para o fato de que o resul-

tado, no final do ano, "foi extremamente positivo para o governo". Ele se refere às melhores condições do perfil dessa dívida: aumento da troca de papéis atrelados à Selic por títulos prefixados (com juro definido na hora da compra) e outros corrigidos por índices de preços, além de redução da parcela da dívida a vencer em 12 meses e da exposição à variação da taxa de câmbio.

Essa mudança de perfil indica que a dívida brasileira está menos sensível hoje às mudanças de humor do mercado financeiro e ao risco de variações bruscas da taxa Selic. "A dívida é outra hoje. Os resultados são muito positivos, junto com o seu alongamento e redução do risco de financiamento", disse Valle.

Segundo ele, mais importante do que observar o crescimento nominal da dívida é avaliar o seu grau de sustentabilidade e relação com o Produto Interno Bruto (PIB). "A dívida líquida tem tendência de queda", destacou.

CÂMBIO - Em 2005, a parcela de títulos prefixados no total da dívida subiu de 20,09% para 27,86%. Por outro lado, a participação de papéis corrigidos pela taxa Selic caiu, no mesmo período, de 57,14% para 51,77%. A dívida interna atrelada ao dólar, que já chegou a ultrapassar 40% do total dos débitos, também caiu, fechando o ano em 1,16%. E agora, nos primeiros dias de janeiro, o Banco Central zerou essa dívida.